

Violência contra estudantes mulheres na graduação e pós-graduação: questões de gênero no contexto universitário

Daniele de Andrade Ferrazza¹
Mariana Silva Basso²

Resumo

A presente pesquisa tem o objetivo de mapear situações de violência de gênero contra mulheres graduandas e pós-graduandas em uma universidade pública brasileira. Para isso, foram enviados e-mails com o convite para que universitárias pudessem responder um questionário eletrônico sobre terem presenciado e/ou vivenciado situações de violência de gênero na universidade, o que resultou em 67 respostas. As principais formas de violências citadas foram: assédio, beijo à força, agressão verbal por questões de gênero, cantadas de teor sexual, convite sexualmente inapropriado, envio de imagens sem permissão e trocas de favores. A pesquisa mostra a ocorrência de violência perpetrada por colegas e professores homens, ilustrando as reverberações dos discursos e práticas machistas e patriarcais da sociedade brasileira. Desse modo, a universidade não está imune à desigualdade de gênero e precisa potencializar novas discussões acerca do tema para o combate e enfrentamento da violência contra mulheres.

Palavras-chave: Violência de gênero. Mulheres. Violência no contexto universitário.

Abstract

This research aims to map situations of gender violence against female undergraduate and graduate students in a Brazilian public university. For this, emails were sent with the invitation so that university students could answer an electronic questionnaire about having witnessed and/ or experienced situations of gender violence at the university, which resulted in 67 responses. The main forms of violence cited were: harassment, forced kiss, verbal aggression for gender reasons, pickup line with sexual content, sexually inappropriate invitation, sending images without permission and exchanges of favors. The research shows the occurrence of

¹ Doctorado em Psicologia e Sociedade. Professora do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (EUM). E-mail: daferrazza@uem.br

² Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (EUM), Paraná Brasil. E-mail: marianabassopsi@gmail.com

violence perpetrated by male colleagues and teachers, illustrating the reverberations of sexist and patriarchal discourses and practices of Brazilian society. Thus, the university is not immune to gender inequality and needs to foster new discussions on the subject to combat and confront violence against women.

Keywords: Gender violence. Women. Violence in the university context.

Introdução

De acordo com a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”, a violência de gênero é constituída por meio de manifestações de relações de poder, historicamente desiguais entre homens e mulheres, impedindo o progresso pleno das mulheres. O significado da expressão “violência contra as mulheres” no Artigo 1º é:

[...] qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993, p. 2).

Sardenberg e Tavares (2016) compreendem como violência de gênero qualquer tipo de violência, seja ela física, social ou simbólica, que “tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual”

(p. 8). Em outras palavras, a violência de gênero pode atingir tanto homens quanto mulheres, homossexuais e transexuais, vítimas constantes de todo tipo de agressão. Porém, as autoras afirmam que histórica e numericamente, a violência contra mulheres perpetrada por homens é mais recorrente e pode ser reconhecida por meio de trágicas estatísticas.

Atualmente, as mulheres são a maioria no ensino superior no Brasil e o acesso maciço à universidade indica a importância da abertura de discussões que envolvem a desconstrução de discursos e práticas reproduzidas no âmbito do sistema patriarcal e machista que colocam as mulheres em lugares de silenciamento e exclusão social (Almeida & Zanello, 2022). No entanto, entendendo que a desigualdade entre os gêneros, os estigmas, as discriminações e, conseqüentemente, as violências contra as mulheres são historicamente engendradas, podemos

compreender que a universidade não se exime dessa realidade (Lima & Ceia, 2022).

A violência contra as mulheres é fenômeno comum às universidades ao redor do mundo, o que levanta a questão se a violência de gênero pode vir a se tornar uma pauta global, provocando e demandando respostas concertadas nos níveis local, nacional e internacional entre governos, universidades, organizações internacionais e a sociedade civil global organizada. . . Com efeito, a violência de gênero manifesta-se, expressa ou sutilmente, nas relações institucionais diárias, notadamente no sistema de justiça e em ambientes profissionais e acadêmicos (Lima & Ceia, 2022, p. 3-5).

Almeida e Zanello (2022) revelam que no Brasil as violências praticadas por alunos, docentes e funcionários contra as alunas, professoras e funcionárias ganharam visibilidade enquanto um fenômeno de ordem social, institucional e estrutural das desigualdades de gênero nos anos 2000, mesmo que alguns casos tenham sido comunicados esporadicamente nos anos anteriores.

Desse modo, Gama e Baldissera (2022) apontam que levantamentos e pesquisas sobre o tema são importantes, pois não podemos continuar achando que os atravessamentos que atingem os membros da universidade são individuais e sem relação com as violências estruturais já conhecidas socialmente. Fabbro et al. (2019) também nos fazem pensar que embora o contexto universitário seja um

local, aparentemente, de maior conhecimento ou mais progressista, não são raras as dificuldades de reconhecimento das questões referentes às violências de gênero que permanecem muitas vezes invisíveis no âmbito acadêmico.

No que diz respeito às instituições de ensino superior, no entanto, algo surpreende: apesar da alta escolaridade de seus membros, o desconhecimento sobre o que são violências de gênero, sobre os casos de violências que ocorrem nos campi e como combatê-las é enorme. São desconhecidas não apenas as definições deste tipo de violência, como os significados e as dinâmicas delas, que não são fixas ou pré-definidas, mas mudam no tempo (Gama & Baldissera, 2022, p. 326).

Maito et al. (2019) alegam que no Brasil a violência contra as mulheres na universidade é um tema pouco explorado, principalmente pela escassez de experiências publicadas sobre o enfrentamento do fenômeno. Bandeira (2017) acrescenta que pode até existir visibilidade, mas é algo muito recente, o que não quer dizer que as violências não estejam sendo praticadas há muitas décadas nos *campi* brasileiros. Para a autora, as manifestações de violências no contexto universitário podem ocorrer entre “pessoas conhecidas, colegas de cursos, estudantes em geral, professores/as e servidores/as” (p. 52) além de ilustrar um:

[...] vasto e complexo leque de situações e de fatos, que se expressam através dos trotes

agressivos, práticas de racismo e de homofobia entre estudantes, assédios sexuais e moral, agressões físicas e uso de uma semântica violenta ao nominar as jovens insinuando que são promíscuas, fáceis de ‘pegar’, etc. Há ainda as violências do racismo institucional, que de modo geral também fazem parte da classificação/nominação de ‘violência interpessoal’ (Bandeira, 2017, p. 52).

Neste sentido, é fundamental ressaltar que quando se fala em contexto acadêmico, fala-se tanto do espaço físico (o campus) como das extensões que também caracterizam a universidade: as repúblicas e moradias acadêmicas, as festas, os trotes universitários, os campos de estágios, as competições universitárias, as atléticas e etc.

Um grande marcador na discussão das violências sofridas por estudantes mulheres de graduação e pós-graduação no contexto universitário foi o estudo realizado pelo denominado “Instituto Avon”, em parceria com o Data Popular que, no ano de 2015, criou a denominada pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”. A pesquisa contou com a participação de 1.823 universitárias/os de todo o Brasil. O resultado indicou que 67% das estudantes acadêmicas já sofreram algum tipo de violência na universidade; 42% das entrevistadas relataram sentir medo de sofrer violência no ambiente universitário e

36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de violências; 24% foram colocadas em rankings de cunho machista sem autorização; 14% tiveram fotos/vídeos repassados sem autorização; 11% das estudantes sofreram tentativa de abuso sob efeito de álcool em festas universitárias; 49% vivenciaram a desqualificação intelectual, entre outros aspectos permeados pela violência de gênero.

Para Cubillos, Gallego e Rendón (2012), no estudo “Discriminación y violencia de género en la universidad de Caldas”, as mulheres reconhecem que as atitudes mais recorrentes sobre a discriminação de gênero e violência no ensino superior são as provocações, os elogios, os gestos obscenos e as agressões psicológicas. No Brasil, Zotareli et al. (2012) realizaram um estudo com 2.430 estudantes que responderam questões, por meio de um questionário *online*, cujos os resultados mostram que, entre as alunas, 56,3% já sofreram algum tipo de violência e 9,4% já sofreram violência sexual desde o ingresso da universidade.

Diante do cenário apresentado, a presente pesquisa tem como objetivo mapear situações que foram caracterizadas como violentas e abusivas pelas estudantes

mulheres de graduação e pós-graduação de uma universidade pública brasileira, com especial atenção aos efeitos produzidos nas vivências subjetivas e cotidianas dessas discentes.

Método

Para a realização da pesquisa, mulheres estudantes de graduação e pós-graduação de uma Universidade do Estado do Paraná - Brasil foram convidadas a responder um *Survey Online* (Google Forms), com 28 questões acerca de suas vivências no contexto universitário. O convite para participação da pesquisa com a disponibilização para acesso ao questionário eletrônico ocorreu durante o período de junho de 2021 a junho de 2022. O instrumento foi criado como uma alternativa de aproximação às estudantes diante do momento pandêmico produzido pela infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, após o diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciar que a COVID-19 era caracterizada como uma pandemia e fortalecia a necessidade de redução de transmissão do vírus por meio do isolamento social (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020).

O questionário eletrônico que abordava questões fechadas e abertas sobre o tema da violência de gênero no contexto universitário foi composto por três partes. A primeira parte foi constituída de perguntas fechadas sobre o perfil socioeconômico com intuito de nos aproximarmos das mulheres estudantes que se dispuseram a participar para traçar um perfil das universitárias que responderam questões sobre: gênero, idade, orientação sexual, raça/etnia, renda familiar, matriculadas na graduação ou pós-graduação da universidade brasileira. A segunda parte do questionário também foi composta por questões fechadas contendo a descrição de situações violentas em três contextos universitários: festas universitárias, espaços de convivência na universidade (biblioteca, centro acadêmico, cantinas, gramados, etc) e salas de aulas (sala comum, sala de professores, laboratórios, etc). Para os três cenários, as perguntas foram as mesmas e envolviam questões sobre assédios, agressões verbais, cantadas de teor sexual e aparência física, mensagens e convites inapropriados e podiam ser assinaladas mais de uma vez, caso a estudante desejasse. Assim, as discentes puderam assinalar se já haviam vivenciando ou presenciado situações abusivas no ambiente

acadêmico e quem foram os autores das violências. E, por fim, a terceira parte do questionário era composta por duas questões abertas em que as estudantes relataram os efeitos e afetos de como se sentiram diante e após os episódios de violência de gênero.

As questões fechadas e abertas do questionário foram elaboradas a partir de inspirações encontradas em outros materiais que discutem a violência de gênero no contexto acadêmico, como a pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” do Instituto Avon e Data Popular (2015) e do material intitulado “Violência de gênero na Universidade de São Carlos: saindo da invisibilidade” (Fabbro, Montrone, Moreira, Bertossi, Cerqueira & Souza, 2019). Tais pesquisas, possuem em seus textos exemplos de situações que são consideradas violentas contra as mulheres estudantes e, dessa forma, foi possível produzir os questionamentos necessários para mapear a existência/ocorrência e a forma que se apresentam as violências para as acadêmicas.

Desse modo, para acessarmos as estudantes por meio de *e-mails*, solicitamos ao órgão responsável na universidade uma lista com o contato das discentes e

obtivemos como resposta um material contendo 17.033 *e-mails* de estudantes matriculadas/os no ano de 2021 em cursos presenciais, na Educação à Distância (EAD) e na UNATI (Universidade Aberta à Terceira Idade). Assim, optamos por selecionar uma amostra aleatória a partir dos nomes (incluindo os nomes sociais) que culturalmente são considerados do gênero feminino. Foram enviados 2.150 *e-mails* com o convite para que mulheres matriculadas em uma universidade pública pudessem responder ao questionário eletrônico sobre o tema da violência de gênero. O envio do questionário eletrônico foi realizado por meio da plataforma digital de marketing *Mailchimp*. Ao receberem o questionário, as estudantes tiveram acesso à leitura e precisaram concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível no cabeçalho do documento que receberam. Ressalta-se que a pesquisa conta com a aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) de uma Universidade Pública Brasileira (CAAE: 38149620.2.0000.0104).

A análise dos dados do questionário eletrônico consistiu em um estudo quanti-qualitativo de cunho exploratório descritivo, em que se calcularam as

frequências das respostas e realizaram-se comparações concernentes aos objetivos do estudo. Dessa forma, atentas às respostas das estudantes participantes da pesquisa que responderam questões fechadas e abertas no questionário eletrônico, foram construídas categorias temáticas que possibilitaram uma análise quantitativa, complementada pelo debate qualitativo, fundamentado na literatura feminista sobre o tema da violência de gênero, com especial atenção às publicações recentes sobre a violência contra mulheres no contexto universitário.

Vale ressaltar que não foi priorizado, neste trabalho, a expectativa diante de uma quantidade representativamente grande de participantes. Nesse sentido, Martins, Bandeira e Dias (2022) nos representam ao afirmarem:

[...] objetivou ser uma dentre outras possíveis formas de delinear um retrato urgente acerca do fenômeno da violência contra mulheres na instituição com o uso de abordagens quantitativa e qualitativa. Mais do que a necessidade de esboçar numericamente a realidade do campus, o trabalho ora empreendido orientou-se por princípios éticos de escuta, diálogo e troca de saberes com as estudantes ouvidas (p. 362).

Resultados e Discussões

O questionário foi respondido por 67 estudantes da graduação e pós-graduação de uma Universidade Pública do Estado do

Paraná - Brasil. Para a análise das respostas, foram constituídos três principais eixos de discussão: (1) o perfil socioeconômico das estudantes mulheres da graduação e pós-graduação; (2) a ocorrência da violência de gênero nos espaços universitários (formas, locais e autores); e (3) os afetos e os efeitos das violências de gênero nas relações sociais e cotidianas das discentes.

1. Perfil das estudantes universitárias que responderam ao questionário

Das 67 estudantes mulheres que responderam ao questionário todas se identificam com o gênero feminino, salvo um transgênero. Quando questionadas sobre a orientação sexual, 33 mulheres se consideram heterossexuais, 30 bissexuais e 4 homossexuais. A faixa etária variou entre 18 e 50 anos, e a maioria (52 mulheres) apresentavam idades entre 20 e 24 anos. Praticamente todas as participantes da pesquisa estavam matriculadas na graduação, salvo três pós-graduandas.

A pesquisa mostra que quando a renda familiar é maior, também é maior o acesso das estudantes ao ensino superior público no Brasil. Neste sentido, 22 estudantes responderam que possuem renda entre dois e cinco salários mínimos, seguido de 18 estudantes com renda de cinco até dez

salários mínimos e 12 com renda acima de dez salários mínimos. Acima de um até dois salários mínimos, obtivemos 11 respostas e quatro estudantes assinalaram que a renda é de até um salário mínimo. Essas informações refletem o que Nierotka e Trevisol (2016) informam:

Os filhos dos mais pobres estudam em escolas públicas até o final da educação básica e, ao se depararem com as dificuldades de ingresso nas universidades públicas, decorrentes do limitado número de vagas e da concorrência, buscam as IES [Instituições de Ensino Superior] privadas para obterem sua formação de nível superior. As vagas públicas, por estas razões, têm sido historicamente ocupadas pelos estudantes de maior renda, formados em escolas privadas de educação básica (p. 23).

Além disso, Peduzzi (2020, *online*) também retrata esta realidade brasileira quando afirma que quanto maior a classe social e renda familiar, maior a condição e acesso de realizar e permanecer no ensino superior:

61,9% dos jovens de 18 a 24 anos da classe A (que possuem renda domiciliar de mais de oito salários mínimos) frequentam o ensino superior, enquanto que apenas 10,5% dos jovens da classe E (com renda domiciliar de até meio salário mínimo) acessam uma graduação. Três a cada quatro alunos de 18 a 24 anos da classe C que frequentam o ensino superior estão matriculados em uma instituição de ensino superior privada (Peduzzi, 2020, *online*).

No entanto, é necessário enfatizar o poder das políticas públicas na democratização e miscigenação dos *campi*

universitários brasileiros. Embora recente, alguns programas e ações são destinadas aos grupos sociais que estão à margem e vivenciam situações de vulnerabilização social promovidas pela ausência de políticas sociais estatais. Das estudantes participantes nesta pesquisa, oito se declararam cotistas na universidade, ou seja, ainda que o número possa ser considerado baixo, como política de ação afirmativa, a Lei das Cotas (Lei nº 12.171/2012) permitiu o acesso ao ensino superior para aquelas mulheres. Godoi e Santos (2021) informam que entre 2012 e 2016 houve um crescimento de 15% na participação de estudantes vindos do ensino médio em escolas públicas nas instituições federais, isto é, passou de 55,4% para 63,6%. Além disso, os autores citam um estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) que indicou que, entre os anos 2014 e 2018, a proporção de graduandos pretos e pardos nas instituições federais cresceu consideravelmente no país.

Assim, além do marcador social de classe, outro marcador extremamente importante sobre o perfil de estudantes no ensino superior é o de raça. Em nossa pesquisa, das 67 respostas, 55 mulheres se autodeclararam brancas, seis pardas, três se

reconhecem como mulheres pretas e três amarelas. De acordo como Mapa do Ensino Superior no Brasil, do total de estudantes matriculados nos cursos presenciais ofertados pelas instituições de ensino superior (IES), no ano de 2018, 55% se declararam brancos nas IES privadas e 48,8% nas entidades públicas, enquanto apenas 11% se declararam pessoas pretas nas IES públicas e 7,9% nas universidades privadas (Peduzzi, 2020). Desse modo, durante a realização da pesquisa contamos com a participação, em sua grande maioria, de mulheres brancas, exibindo uma consonância com as estatísticas apresentadas em estudos anteriores e gerando reflexões sobre o público que tem acessado o ensino superior no Brasil. Guimarães (2003) considera que a menor ocupação de pessoas negras no ambiente acadêmico pode estar relacionada com alguns fatores, como por exemplo, a pobreza, a qualidade do ensino público nos anos anteriores, a preparação insuficiente, a falta de apoio comunitário e familiar e o próprio processo seletivo – denominado vestibular - que exclui de sua avaliação outras potencialidades e qualidades das alunas e dos alunos. Contudo, as políticas de cotas raciais, implementadas a partir do ano de 2002 nas universidades públicas

brasileiras, já produzem modificações significativas no cenário universitário atual para a constituição de espaços acadêmicos mais plurais e multicoloridos (Guimarães & Zelaya, 2021).

2. Violência de gênero contra estudantes mulheres em uma universidade pública

As universitárias participantes da pesquisa puderam responder se já vivenciaram e/ou presenciaram situações de violência no contexto universitário e as respostas mostram que 27 responderam que já vivenciaram e/ou presenciaram, 19 disseram que não, 17 relatam ter presenciado e quatro disseram ter vivenciado. Porém, nota-se que ao verificar as respostas do questionário eletrônico, mesmo as 19 alunas que sinalizaram “não” terem vivenciado e/ou presenciado a violência de gênero na universidade, assinalaram exemplos de situações de violências contra mulheres nas perguntas posteriores. Na pesquisa brasileira “Violência contra a mulher no ambiente universitário” (Instituto Avon; Data Popular, 2015) ocorreu uma situação semelhante, isto é, 10% das estudantes entrevistadas relataram ter sofrido violência praticada por homens na universidade ou em festas acadêmicas. Porém, quando

foram apresentadas a uma lista de situações de violências de gênero, as respostas aumentaram e chegaram a 67% de estudantes mulheres que sofreram algum tipo de violência no ambiente acadêmico. Tal dado pode indicar a dificuldade que estudantes mulheres ainda têm de reconhecerem e identificarem práticas e discursos de violência de gênero no contexto universitário e que perpassam não apenas situações de violência física e sexual, mas também condições de assédio moral, psicológico, intelectual em diferentes ambientes acadêmicos (salas de aulas, campus, festas universitárias).

Ainda naquela pesquisa, outra informação relevante é de que apenas 2% dos homens admitem espontaneamente ter cometido algum ato de violência na

universidade ou festas acadêmicas, mas o número também sobe quando identificamos os comportamentos na lista, alcançando 38% de reconhecimento de atitudes violentas contra as mulheres (Instituto Avon; Data Popular, 2015). As dificuldades de reconhecimento de atitudes e comportamentos violentos podem estar relacionadas ao fato de que as ações violentas e abusivas são consideradas naturais, cotidianas e comuns nas vivências masculinas (Oliveira & Cruz, 2022) permeadas pelo denominado dispositivo da virilidade (Zanello, 2018).

Desse modo, a Tabela 1 apresenta dados de nossa pesquisa sobre as respostas das universitárias que identificam os contextos e quais violências são mais comuns em cada um deles.

Tabela 1 - Distribuição frequencial sobre as formas de violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário

	Assédio	Beijo a força	Agressão verbal	Cantadas	Convite sexualmente inapropriado	Imagens sem permissão	Troca de favores
Festas universitárias	54	29	31	52	27	35	0
Campus (espaços internos de convivência)	37	0	21	29	07	16	15
Sala de aula	38	0	15	18	04	14	10
Total	129	29	67	99	38	65	25

Fonte: questionário eletrônico de autoria própria.

A partir das respostas apresentadas na Tabela 1, é possível perceber que a ocorrência de violências contra as estudantes mulheres no ambiente acadêmico é frequente e variada, pois praticamente em todos os contextos descritos as formas de violência foram assinaladas. Nota-se que o assédio (129 respostas), as cantadas de teor sexual (99 respostas) e a agressão verbal por questões de gênero (67 respostas) aparecem em maior quantidade. Convites sexualmente inapropriados (38 respostas) e o envio/recebimento de imagens sem permissão (65 respostas) também se mostram presentes tanto nas festas acadêmicas, como nos espaços internos da universidade e em salas de aula. O número de respostas sobre as trocas de favores, também nos chama a atenção, pois aparecem especificamente dentro do campus e podem nos ajudar a questionar o estabelecimento das relações hierárquicas (docentes/ técnicos *versus* discentes) dentro da instituição de ensino superior e qual o papel da universidade em reconhecer estas ocorrências e, conseqüentemente, se responsabilizar. O beijo à força (29 respostas) aparece unicamente nas festas universitárias e isso também pode nos

instigar a pensar sobre o que é permitido/naturalizado no contexto festivo universitário.

Nota-se, portanto, que muitos dos comportamentos inadequados e abusivos proferidos no ambiente universitário ainda são compreendidos como brincadeiras corriqueiras e sem a intenção de algum tipo de constrangimento, conforme apontam Lima e Ceia (2022). Desse modo, é importante reconhecer quem são os autores das violências cometidas no contexto universitário para a compreensão das relações hierárquicas institucionais, seus modos de funcionamento e como afetam as vivências das graduandas e pós-graduandas. Nesse sentido, os resultados da presente pesquisa apontam que os autores das violências contra as estudantes mulheres de graduação e pós-graduação são em sua maioria colegas e outros estudantes (58 respostas) e professores (31 respostas). Em seguida, se identifica como agressores pessoas externas à universidade (26 respostas) e servidores técnicos (07 respostas). Barral e Zanello (2021) afirmam que mesmo com a prevalência de homens agressores e a distribuição desigual de poder entre os gêneros resultando em violência contra as mulheres, ainda assim,

há dificuldades de serem esses os “argumentos suficientes para se demonstrar a necessidade de repensarmos a construção das masculinidades brasileiras” (p. 683).

Dessa forma, é necessário apontar algumas hipóteses sobre a manutenção da relação hierárquica de poder e controle dos homens para com as estudantes. Lima e Ceia (2022) comentam que as instituições de ensino superior, preocupadas com suas próprias reputações e diante da ocorrência de casos de violência de gênero contra mulheres, “podem revelar falta de empenho e cuidado frente a denúncias e sua respectiva apuração” (p. 6). Além disso, Zanello e Richwin (2022) atentam para o fato de que há uma manutenção do silêncio e da invisibilização das violências no contexto universitário e alegam que o objetivo disso é “evitar escândalos, confusões, mas sobretudo, proteger a reputação acadêmica e profissional do assediador” (p. 319). As autoras ainda acrescentam que há um aproveitamento “escrachado da masculinidade e seu poder”

3. Efeitos e afetos da violência de gênero contra as estudantes mulheres

Com duas perguntas abertas apresentadas no questionário da pesquisa foi possível nos aproximarmos das respostas de estudantes

(Zanello; Richwin, 2022, p. 319) que é observado tanto nas relações entre outros estudantes-alunas, mas principalmente na relação de poder entre professor-aluna.

Em uma pesquisa desenvolvida na Universidade de Brasília, Martins, Bandeira e Dias (2022) comentam que os perpetradores das violências foram: 33% outros estudantes, 29,22% não se sabe qual o vínculo da pessoa com a universidade, 13,10% docentes, 12,85% pessoas de fora da comunidade acadêmica e 7,05% servidores. Pode-se perceber semelhanças entre as respostas da pesquisa realizada com as publicações da literatura especializada no assunto, o que provoca compreensões de que talvez não haja como uma estudante mulher se sentir protegida no ambiente acadêmico. Nesse sentido, 50 universitárias responderam que não se sentem seguras dentro da universidade, o que demarca como o contexto acadêmico pode ser permeado por discursos e práticas que reproduzem violências de gênero.

sobre os efeitos nas relações sociais e cotidianas e os afetos vivenciados diante das situações de violência de gênero na universidade. As universitárias participantes da pesquisa relatam sentirem-se: constrangidas, com raiva, revoltadas, tristes,

humilhadas, envergonhadas, com sensação de impotência, injustiçadas, menosprezadas, vulneráveis, “qualquer coisa não humana” (*sic*), indefesas, invadidas, enojadas, confusas, fragilizadas, sujas, cansadas, com medo.

Os efeitos e afetos relacionados às vivências de violência de gênero serão apresentados em três eixos de análise que foram criados conforme as respostas das estudantes e agrupados de maneira que contemplem, de forma geral, as reverberações para as 67 mulheres participantes da pesquisa.

1) “Estar sozinha é sinônimo de apreensão”

Uma das grandes repercussões das violências na vida das estudantes mulheres é o medo e o receio de estar sozinha em ambientes públicos. De acordo com Rocha et al. (2022) as mulheres seguem num exaustivo e constante estado de alerta. As autoras citam que na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais-Brasil, as estudantes evitam locais ermos, mal iluminados, privam-se de andar à noite ou sozinhas, principalmente em portões de acesso à universidade, pontos de ônibus e estacionamentos. Esses sinais podem caracterizar a intimidação das mulheres no direito de ir e vir no ambiente acadêmico

(Bezerra, 2018). As respostas das universitárias participantes desta pesquisa mostram algumas semelhanças com outros estudos brasileiros:

“Insegurança e medo de circular em lugares públicos, sozinha ou só com amigas mulheres.” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

“Eu evito andar sozinha no campus, ou ficar sozinha com homens em laboratórios, sala de aula e etc.” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

“Essas violências roubam a tranquilidade e a liberdade. Não me sinto segura para andar na universidade, nem durante o dia, quem dirá a noite quando a iluminação é muito precária. Não me sinto segura para explorar a universidade sozinha, para caminhar/praticar exercício físico” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

Gama e Baldissera (2022) também relataram recomendações de quando uma das autoras chegou ao campus da Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal-Brasil, no ano de 2014, para a realização do pós-

doutorado: ter cuidado ao andar no estacionamento à noite, especialmente se estivesse desacompanhada, pois havia relatos de furto e estupro que ocorriam diante da pouca iluminação, problemas de transporte e grandes espaços vazios no campus.

2) “A culpa é da vítima!?”

Os relatos abaixo das universitárias participantes desta pesquisa nos indicam que as mulheres são ensinadas de que a roupa, a maquiagem, os comportamentos nos espaços públicos são julgados moralmente como certos ou errados e, quando considerados inaceitáveis para a vivência de uma mulher, supostamente autorizariam a ocorrência da violência. Assim, elas nos dizem:

“Insegurança quanto à roupa que visto, ao modo que danço/me comporto/falo porque parece que tudo poderá e será usado contra você.” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

“Não consigo sair de casa com certas roupas que eu gostaria de usar, não gosto de andar a pé na rua, me sinto muito vulnerável se fico sozinha em uma festa, deixo de andar em ruas que sei que seria assediada.” (Resposta de

universitária ao questionário eletrônico)

Contudo, é relevante destacar que o problema não está nas roupas e muito menos no andar solitário das estudantes. A violência de gênero moral, institucional, psicológica, física, assim como, o assédio e abuso sexual, são práticas presentes na sociedade brasileira atual permeada ainda por discursos machistas e misóginos que naturalizam as situações de violência contra mulheres (Oliveira & Cruz, 2022; Rago, 2017). Desse modo, conforme pontua Vasconcelos (2018), existem comportamentos historicamente engendrados que supostamente diferenciariam as mulheres corretas/honestas das mulheres erradas. Ávila (2022, p. 386) nos diz que:

Nesta racionalidade, a mulher ‘honesta’ deveria estar em casa ou ao lado de um homem que estivesse tutelando a sua moralidade. Se a mulher anda com roupas curtas em locais públicos, está sozinha ou circula durante a noite, é porque ela não se enquadra no conceito de ‘mulher honesta’.

Ainda em relação às respostas das universitárias participantes da pesquisa, destaca-se:

“O medo constante de não me sentir segura ou respeitada em lugar algum, e a sensação de culpa por não saber delimitar até onde esse medo é real ou

coisa da minha cabeça.” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

“Tenho medo de ser assediada, estuprada.” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

De acordo com a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Datafolha (2023), e que culminou no relatório “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil”, a violência de gênero é hiperendêmica, isto significa que é um fenômeno persistente e de alta incidência no país. O documento aponta que 18,6 milhões de mulheres brasileiras sofreram violência de gênero no ano de 2022, sendo que 23,1% sofreram ofensas verbais, 13,5% das mulheres relataram sofrer perseguição, 11,6% foram ameaçadas com tapas, empurrões e chutes, e 9% vivenciaram situações de ofensa sexual ou tentativa forçada de relação sexual.

Sobre a violência sexual, especificamente o estupro, 66.123 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável foram registrados em Delegacias de Polícia, somente no ano de 2019 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020). Se esses números não bastassem, uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública também em

parceria com o Datafolha, citada por Cristaldo (2016), revela que um terço da população brasileira acredita que a vítima é culpada pelo estupro. “O levantamento mostra ainda que 42% dos homens e 32% das mulheres entrevistados concordam com a afirmação: “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”, enquanto 63% das mulheres discordam” (Cristaldo, 2016, *online*).

Nessa perspectiva, as injustiças vivenciadas por mulheres que sofreram violências sexuais ao serem responsabilizadas por estupros perpetrados por agressores que seguem, em muitos casos, impunes no âmbito da sociedade brasileira machista que repercute discursos e práticas da denominada “cultura do estupro”, é uma problemática que é complexa e de difícil combate. Engel (2017) afirma que o tema da cultura de estupro ganhou visibilidade nos últimos anos devido a divulgação pela mídia de diferentes casos de violências. No entanto, a autora pondera que, mesmo com a alta ocorrência de casos de estupro contra mulheres e meninas, as situações ainda são vistas como fatalidades que se relacionam aos descuidos e irresponsabilidades de quem sofreu os abusos, ou, “como fruto de uma sexualidade desviante e criminosa de uma

parcela muito reduzida dos homens” (Engel, 2017, p. 7).

Ademais, Campos et al. (2017) acrescentam que há um modelo socialmente esperado para os comportamentos das mulheres em relação à sexualidade, isto é, ser discreta, não confrontar e não tomar iniciativa para o ato sexual, mas também seduzir e provocar o desejo sexual masculino. Com isso, constroem-se dúvidas sobre a ocorrência do estupro, pois “ou não houve resistência ou houve provocação das mulheres (o que negaria o estupro já que ‘elas queriam’)” (Campos et al., 2017, p. 985). Além disso, os autores acrescentam que essas dúvidas, provavelmente, estão ligadas às baixas notificações e denúncias referentes ao estupro, pois as mulheres não acreditaram que a situação vivenciada seria entendida legalmente como estupro.

3) Interferências nas atividades acadêmicas

Porto e Chaves (2022) afirmam que além dos impactos na saúde física e mental - como dores de cabeça, ansiedade, depressão e infecções sexualmente transmissíveis - é possível identificar efeitos e afetos vivenciados pelas mulheres e que estão ligados diretamente ao ambiente universitário. As autoras elencam como

possíveis consequências da violência de gênero a ausência na sala de aula, o trancamento de disciplinas, o abandono de projetos de pesquisas e até a evasão universitária. Nesse contexto, as universitárias participantes da pesquisa relatam:

“Falta de autoconfiança nas atividades acadêmicas: síndrome de impostora.” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

“Medo de me posicionar em um ambiente que a maioria é de homens.” (Resposta de universitária ao questionário eletrônico)

Para Porto e Chaves (2022) é possível, inclusive, vincular a prática de *Mansplaining* ao medo das mulheres em se posicionar em um ambiente composto por homens. O termo refere-se às constantes explicações (impositivas e autoritárias) dos homens para as mulheres, mesmo quando o assunto é de total conhecimento delas, colocando-os numa posição de superioridade (Solnit, 2017). Portanto, as mulheres são silenciadas e explicita-se uma forma de poder e dominação dos homens sobre elas. Rocha et al. (2022) apontam algumas violências que se

enquadram nas relações de poder e sentimento de superioridade dos homens sobre as mulheres no contexto universitário e que podem estar relacionadas com a desqualificação intelectual, as humilhações, os constrangimentos, o silenciamento, as ofensas, a interrupção de falas, os xingamentos por investidas rejeitadas etc.

Diante das mais variadas formas de violências de gênero, que permeiam as experiências acadêmicas das estudantes mulheres, é importante identificar se as discentes encontram na universidade espaços de acolhimento e de denúncias em que possam buscar auxílio diante das situações de violências vivenciadas. Neste sentido, das universitárias participantes desta pesquisa, 42 estudantes não buscaram auxílio nem fora e nem dentro da universidade, ainda que tenham sofrido violências de gênero, 17 estudantes conseguiram buscar auxílio fora do ambiente acadêmico e apenas oito buscaram ajuda na própria instituição de ensino.

Assim, D'Oliveira (2019) ressalta que a ausência de ações pode dificultar a confiança e o acesso das estudantes à universidade quando precisam encontrar na própria instituição uma rede de apoio diante das situações de violência de gênero. A autora afirma:

A falta de canais confiáveis de acolhimento, denúncia e responsabilização e as experiências anteriores de denúncia com resultado desfavoráveis às vítimas acaba por desincentivar novas denúncias e perpetuar a invisibilidade e banalização do problema. Os inúmeros casos acabam tratados como de menor importância, sendo vistos como algo com o qual temos que conviver, ou então como responsabilidade da vítima, que bebeu demais ou não foi clara o suficiente em sua vontade (p. 3).

Bellini e Mello (2022) também indicam a importância de identificar as violências no contexto universitário, assim como, desenvolver ações e espaços para que as mulheres que vivenciam situações de violência de gênero se sintam acolhidas, num ambiente seguro para a realização de denúncias, ao mesmo tempo em que pode se desenvolver um espaço acadêmico permeado por redes de apoio e solidariedade.

Considerações finais

O presente artigo, que tem o objetivo de mapear a ocorrência e as formas de violência de gênero contra estudantes mulheres da graduação e pós-graduação em uma universidade pública brasileira, evidenciou a iminência em fortalecer debates e estratégias de ações que desnaturalizam as violências e responsabilizem seus perpetradores.

As 67 mulheres participantes da presente pesquisa, em sua maioria, foram discentes que se autodeclararam brancas, entre 20 e 24

anos e com renda familiar média de até cinco salários mínimos. Consideramos que o número reduzido de estudantes mulheres que responderam o questionário (67 respondentes), apesar do número alto de *e-mails* disparados com o convite para participação na presente pesquisa, pode estar relacionado à dificuldade que mulheres universitárias ainda têm de reconhecer comportamentos, gestos e atitudes relacionadas à violência de gênero no contexto acadêmico. Além disso, ainda que a pesquisa tenha um alcance limitado por se centrar em um campus universitário de uma cidade do interior do país, pode-se conjecturar que explicita um cenário problemático ao confirmar que as vivências das estudantes mulheres no ensino superior são perpassadas por situações implícitas e explícitas de violências simplesmente pelo fato de serem mulheres.

Também fica evidente que a violência de gênero contra as mulheres na universidade ocorre em variados ambientes do campus que inclui salas de aulas, espaços de convivência, além de festas universitárias. As principais formas de violência assinaladas pelas estudantes participantes da pesquisa foram os assédios, as cantadas e o envio/recebimento de imagens sem permissão. Os autores das

violências de gênero foram, principalmente, outros colegas estudantes e professores.

Assim, considera-se imprescindível que sejam criadas estratégias educativas e ações efetivas administrativas que rompam com possíveis reproduções de discursos e práticas acerca da relação hierárquica professor e discentes, que perpetuam o controle e poder dos homens sobre as mulheres e de seus efeitos em suas vidas.

Os relatos mostram que para as estudantes os efeitos e afetos são descritos através de sentimentos de medo, insegurança, silenciamento, culpa. Concordamos com Gama e Baldissera (2022) quando afirmam que a violência de gênero nas universidades não é um problema de fácil resolução e, por isso, acreditamos na indispensabilidade de toda a comunidade acadêmica comprometida com o enfrentamento, na criação de políticas institucionais e redes de apoio/acolhimento que não individualizem tais questões que são estruturadas socialmente de forma coletiva.

Entendeu-se que o contexto explorado carrega por si próprio alguns tensionamentos: a universidade ainda é um local de privilégios e de supostamente maior conhecimento e, portanto, as rotas percorridas foram e são sinuosas. De fato, abordar a violência de gênero contra as mulheres no ambiente universitário implica em corporificar

denúncias e, justamente por isso, merecem atenção de toda a comunidade acadêmica (gestoras/es, colaboradoras/es, docentes e estudantes). Além disso, é necessário entender que ocorrência da violência contra as mulheres, sobretudo, as graduandas e pós-graduandas possui caráter estrutural de uma sociedade permeada por práticas machistas e misóginas diminuindo, assim, a chance de reprodução de discursos que culpabilizam as próprias mulheres pelas situações de violências vivenciadas por elas.

Portanto, considera-se fundamental produzir e fortalecer estratégias de combate contra as violências de gênero no ambiente universitário. Para tanto, a proposta é de inclusão de pautas de gênero, raça e orientação sexual nos debates estudantis, acréscimo da temática na grade curricular de diferentes cursos de ensino superior, além da capacitação de docentes e técnicos, e produção de materiais descritivos e explicativos acerca da violência de gênero. Ademais, propõe-se a criação e/ou fortalecimento de movimentos feministas e demais espaços coletivos para discussões

sobre o tema em âmbito acadêmico, com o desenvolvimento de um local específico para acolhimento às discentes que vivenciam situações de violência, com a constituição também de um espaço para denúncias.

Desse modo, por estarmos em uma sociedade pautada em pilares estabelecidos nas iniquidades de gênero, no machismo, na misoginia e nos mais diversos preconceitos morais contra mulheres, é preciso nos amparar em novos debates e pesquisas. Assim, consideramos que o ato de pesquisar e escrever sobre as violências de gênero que atravessam a vida de tantas mulheres universitárias também é uma estratégia de combate e de disseminação de informações de um assunto que precisa ser cada vez mais publicizado. Portanto, a presente pesquisa pretende encorajar e enfatizar a importância de novas investigações, inclusive em outros contextos e com outras intersecções de raça, classe social e orientação/performance sexual, para rompermos com as estruturas que permitem a extensa ocorrência da violência contra as mulheres em âmbito universitário.

Referências

- Almeida, T. M. C. & Zanello, V. (2022). Visões sobre a violência contra as mulheres nas universidades: uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades*

- brasileiras e latino-americanas. OAB Editora. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (1993). *Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres*. Resolução n° 48/410 de 20 de dezembro de 1993.
- Ávila, T. P. (2022). Violência sexual no ambiente universitário: análise a partir da experiência de uma Audiência Pública no Distrito Federal. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 383-414. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Bandeira, L. M. (2017). Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: Stevens, C.; Oliveira, S.; Zanello, V.; Silva, E.; Portela, C. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, p. 14- 35.
- Barral, D. C. & Zanello, V. (2021). Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. *Psicologia Política*, 21(52), pp. 672-688.
- Bellini, D. M. G. & Mello, R. R. (2022). As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 29-59. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Bezerra, L. (2018). Gênero, Raça e Classe: um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade. *Revista Feminismos*, 6(2). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30386/17908>.
- Campos, C. H., Machado, L. Z., Nunes, J. K.; Silva, A. R. (2017). Cultura do estupro ou cultura antiestupro? *Revista Direito GV*, 13(3), p. 981-1006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/FCxmMqMmws3rnnLTJFP9xzR/?format=pdf&lang=pt>.
- Cristaldo, H. (2016). *ONU Mulheres Brasil diz que pesquisa sobre estupro reflete a sociedade*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/onu-mulheres-brasil-diz-que-pesquisa-sobre-estupro-reflete-estagnacao-da>
- Cubillos, C. L. M.; Gallego, L. E. S. & Rendón, L. F. R. (2012). Discriminación y violencia de género en la universidad de Caldas. *Hacia la Promoción de la Salud*, 17(1), pp. 59-76. Disponível em: <https://revistasojs.ucaldas.edu.co/index.php/hacialapromociondelasalud/article/view/2023/1939>.
- D´Oliveira, A. F. (2019). Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. Botucatu: *Interface*, 23, p.1-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CWgFd9wk4fhJJkk9QW3HkRc/?lang=pt>.

- Data Popular & Instituto Avon (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf.
- Engel, C. L. (2017). As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Rio de Janeiro. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8088/1/td_2339.PDF.
- Fabbro, M. R. C., Montrone, A. V. G.; Moreira, D. B.; Bertossi, T. S.; Cerqueira, M. & Souza, F. F. S. (2019). *Violência de gênero na Universidade Federal de São Carlos: saindo da invisibilidade*. Congresso de Ensino de Graduação: CONEGRAD UFSCAR.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha. (2023). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4 ed. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/.
- Gama, F. & Baldissera, M. (2022). Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora, pp. 325-355. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Godoi, M. S. de, & Santos, M. A. dos. (2021). Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, 58(229), 11-35. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11.
- Guimarães, A. S. A. (2003). Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, pp. 247-268. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/f7yMvXF9VLGKPKdXSHcRBqy/abstract/?lang=pt>.
- Guimarães, E. D. F.; Zelaya, M. (2021). A política de cotas raciais nas universidades públicas do Brasil, duas décadas depois: uma análise. *Trabalho & Educação*, 30(3), p. 133-148. Disponível: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/26556#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20de%20cotas%20raciais,governo%20e%20da%20sociedade%20civil>.
- Lei n. 12.171, de 29 de agosto de 2012*. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
- Lima, M. M. C. & Ceia, E. M. (2022). Violência de gênero nas universidades: um panorama internacional do problema. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência*

- contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 3-29. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., Severi, F. C. & Vieira, E. M. (2019). Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface: Botucatu*, pp. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>.
- Martins, A. P. A., Bandeira, L. M. & Dias, F. M. (2022). Equidade de gênero na educação superior: retratos de violências contra estudantes no contexto de políticas institucionais. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 359-383. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Nierotka, R. S. & Trevisol, J. V. (2016). Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *R. Katál.*, 19(1), pp. 22-32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQtvbRMs/abstract/?lang=pt>.
- Oliveira, Tamires. A. B.; Cruz, Maria. H. S. (2022). Desprotegidas e silenciadas: violência doméstica contra as mulheres em tempos de isolamento social e pandemia Covid-19. *Revista Feminismos*, 9(3), 10(1), 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/45117/27105>.
- Peduzzi, P. (2020). *Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca: estudo mostra o perfil do estudante universitário brasileiro*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>
- Porto, M. & Chaves, S. C. (2022). Quando a comunidade universitária vai ao judiciário enfrentar a violência institucional contra as mulheres. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 467-493. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Rago, M. (2017). Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos. *Dois pontos*: Curitiba, São Carlos, 14(1), p. 229-241.
- Rocha, C. M., Bezerra, C. S., Arribas, C. G. & Machado, J. S. (2022). Do silenciamento ao enfrentamento: a experiência do Coletivo Marielle Franco-mulheres UFJF nas ações de combate à violência de gênero no ambiente universitário. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 439-467. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.
- Sardenberg, C. M. B. & Tavares, M. S. (2016). Introdução. In: Sardenberg, C. M. B. & Tavares, M. S. *Violência de gênero contra as mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220167>.

Solnit, Rebecca. (2017). Os homens explicam tudo para mim. (Trans.). Cultrix.

Vasconcelos, Tânia. M. P. (2018). “Moça virgem/mulher honesta” versus “prostituta”: a importância da virgindade feminina e a centralidade do corpo na construção dos binarismos de gênero em processos. *Revista Feminismos*, 6(3). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33685/19484>.

Zanello, V. & Richwin, I. F. (2022). Assédio sexual no ensino superior brasileiro: uma análise sociogênera das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. OAB Editora, pp. 291-324. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>.

Zotareli, V., Faúndes, A.; Osis, M. J. D.; Duarte, G. A. & Sousa, M. H. (2012). Gender and sexual violence among students at a brazilian university. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, 12(1), pp. 37-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PdkcCtNWPnwdcWpnrBrQwmg/abstract/?lang=en>.

Fecha de recepción: 11 de octubre de 2023

Fecha de aceptación: 15 de mayo de 2024